



Council of the  
European Union

120602/EU XXV.GP  
Eingelangt am 27/10/16

Brussels, 27 October 2016  
(OR. en)

13796/16

---

---

**Interinstitutional File:**  
2016/0208 (COD)

---

---

EF 320  
ECOFIN 968  
DROIPEN 170  
CRIMORG 142  
COTER 106  
FISC 175  
CODEC 1546  
IA 101  
INST 447  
PARLNAT 312

#### COVER NOTE

---

From:	Portuguese Parliament
date of receipt:	26 October 2016
To:	General Secretariat of the Council
Subject:	Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL amending Directive (EU) 2015/849 on the prevention of the use of the financial system for the purposes of money laundering or terrorist financing and amending Directive 2009/101/EC [doc. 10678/16 - COM(2016) 450 final] - Opinion <sup>1</sup> on the application of the Principles of Subsidiarity and Proportionality

---

Delegations will find attached a copy of the above mentioned opinion.

---

<sup>1</sup> Translation(s) of the opinion may be available at the Interparliamentary EU information exchange site IPEX at the following address: <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20160450.do>



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

---

**Parecer**  
**COM(2016)450**

---

1



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA**

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 1 de março de 2016, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera a Diretiva 2009/101/CE [COM(2016)450].

A supra identificada iniciativa foi enviada à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, atento o seu objeto, a qual decidiu não se pronunciar.

**PARTE II – CONSIDERANDOS**

1 – A presente iniciativa diz respeito à Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera a Diretiva 2009/101/CE.

2 – A Diretiva 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>1</sup> constitui o principal instrumento jurídico em matéria de prevenção da utilização do sistema financeiro da União para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

A referida Diretiva, que deverá ser transposta até 26 de junho de 2017, estabelece um quadro global para fazer face à recolha de fundos ou de bens para fins terroristas,

---

<sup>1</sup> Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga a Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2006/70/CE da Comissão (JO L 141 de 5.6.2015, p. 73)



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

exigindo que os Estados-Membros possam identificar, compreender e atenuar os riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

3 – Neste contexto, é referido na presente iniciativa que a adoção das regras atualizadas sobre o branqueamento de capitais, em maio de 2015, constituiu um passo decisivo para melhorar a eficácia dos esforços da UE na luta contra o branqueamento de capitais provenientes de atividades criminosas e o financiamento das atividades terroristas.

4 – Importa, deste modo, relembrar que os ataques terroristas recentes trouxeram à luz novas tendências emergentes, em particular no que se refere à forma como os grupos terroristas financiam e conduzem as suas operações. Certos serviços de tecnologia moderna são cada vez mais populares como alternativa aos sistemas financeiros e permanecem fora do âmbito de aplicação da legislação da União ou beneficiam de isenções que poderão ter deixado de ser justificadas.

A fim de acompanhar a evolução das tendências, deverão ser adotadas novas medidas para melhorar o atual quadro de prevenção.

5 – Importa, igualmente, mencionar que na Agenda Europeia para a Segurança<sup>2</sup>, a Comissão Europeia identificou como prioridade o aperfeiçoamento do quadro jurídico da União para combater o terrorismo.

As conclusões do Conselho Justiça e Assuntos Internos, de 20 de novembro de 2015<sup>3</sup>, do Conselho Assuntos Económicos e Financeiros, de 8 de dezembro de 2015<sup>4</sup> e do Conselho Europeu de 18 de dezembro de 2015<sup>5</sup>, sublinharam a necessidade de continuar a intensificar os esforços neste domínio, tirando partido das melhorias introduzidas na Diretiva 2015/849.

6 – É referido, ainda, que embora os objetivos da Diretiva 2015/849 devam ser mantidos, qualquer alteração da mesma deve ser coerente com a ação da União em curso no domínio da luta contra o terrorismo e o financiamento do terrorismo.

---

<sup>2</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada «Agenda Europeia para a segurança», COM(2015) 185 final.

<sup>3</sup> <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/11/20-jha-conclusions-counter-terrorism/>

<sup>4</sup> <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/12/08-ecofin-conclusions-corporate-taxation/>

<sup>5</sup> <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/12/18-cuco-conclusions/>



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

---

7 - Esta iniciativa tem, pois, por objetivo proporcionar uma abordagem harmonizada para reforçar rapidamente o quadro atual da União para a prevenção do branqueamento de capitais.

A falta de um quadro jurídico de medidas preventivas num Estado-Membro pode ser explorado por criminosos e terroristas e pode ter consequências noutro Estado-Membro. Por conseguinte, é importante ter um quadro harmonizado a nível da União.

8 – Por último, referir que a Agenda Europeia para a Segurança<sup>6</sup> chamou a atenção para a necessidade de serem adotadas medidas para lutar contra o financiamento do terrorismo de uma forma mais eficaz e abrangente, salientando que a infiltração dos mercados financeiros permite o financiamento do terrorismo.

As conclusões do Conselho Europeu, de 17 e 18 de dezembro de 2015, sublinharam, também, a necessidade de tomar rapidamente novas medidas contra o financiamento do terrorismo em todos os domínios.

9 - A presente iniciativa prevê, deste modo, uma série de medidas para reforçar a luta contra o financiamento do terrorismo e para assegurar uma maior transparência das transações financeiras e das entidades societárias ao abrigo do quadro jurídico preventivo em vigor na União.

Atentas as disposições da presente proposta, cumpre suscitar as seguintes questões:

**a) Da Base Jurídica**

Artigos 114º e 50º do TFUE.

**b) Do Princípio da Subsidiariedade**

O atual quadro jurídico que permite ao sistema financeiro prevenir o financiamento do terrorismo foi estabelecido ao nível da União. A melhoria do quadro jurídico existente

---

<sup>6</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada «Agenda Europeia para a Segurança», COM(2015) 185 final.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

não pode ser conseguida pela ação de forma autónoma dos Estados-Membros. Uma vez que a criminalidade organizada e o financiamento do terrorismo podem prejudicar a estabilidade e a reputação do setor financeiro e ameaçar o mercado interno, quaisquer medidas adotadas a nível meramente nacional podem ter efeitos nocivos sobre o mercado único da União: a ausência de regras coordenadas em todos os Estados-Membros destinadas a proteger os seus sistemas financeiros poderia ser incompatível com o funcionamento do mercado interno e resultar na sua fragmentação.

Dada a natureza transnacional das ameaças terroristas, o âmbito de aplicação da presente iniciativa deve ser suficientemente harmonizado e coerente a nível da União para ser verdadeiramente eficaz.

Assim, atendendo a que o objetivo da presente diretiva não pode ser suficientemente alcançado pelos Estados-Membros uma vez que as medidas individuais adotadas pelos Estados-Membros para proteger os respetivos sistemas financeiros poderão ser incompatíveis com o funcionamento do mercado interno e com as normas do Estado de direito e a ordem pública da União, mas pode, devido à dimensão e aos efeitos da ação preconizada, ser mais bem alcançado ao nível da União, a União pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado da União Europeia.

Por conseguinte, é respeitado e cumprido o princípio da subsidiariedade.

Referir, ainda, que as alterações propostas limitam-se ao que é necessário para atingir os objetivos da luta contra o financiamento do terrorismo e o aumento da transparência das empresas, e baseiam-se em regras já em vigor, em conformidade com o princípio da proporcionalidade.

### **PARTE III - PARECER**

Em face dos considerandos expostos e atento o Relatório da comissão competente, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

---

1 - A presente iniciativa não viola o princípio da subsidiariedade, na medida em que o objetivo a alcançar será mais eficazmente atingido através de uma ação da União.

2 - A Comissão de Assuntos Europeus prosseguirá o acompanhamento do processo legislativo referente à presente iniciativa, nomeadamente através de troca de informação com o Governo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 21/2012, de 17 de maio.

Palácio de S. Bento, 25 de Outubro de 2016

**O Deputado Autor do Parecer**

  
**(Duarte Marques)**

**A Presidente da Comissão**

  
**(Regina Bastos)**